
Município da Batalha

Orçamento e
Grandes Opções do
Plano 2014

Relatório



CONTEÚDO

NOTA INTRODUTÓRIA	2
I. ENQUADRAMENTO DO ORÇAMENTO NO CONTEXTO MACROECONÓMICO	3
II. ENQUADRAMENTO NOS PRESSUPOSTOS DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014	6
IMPACTOS DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014	6
III. IMPACTO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS NO ORÇAMENTO DE 2014	11
IV. REGIME DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL E NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO PREVISTOS	13
V. PRESSUPOSTOS E ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA	15
VI. GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2014	20
PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA 2014	22
☑ AÇÃO SOCIAL E SAÚDE	22
☑ REABILITAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA	23
☑ TURISMO E NÚCLEO TERMAL DAS BRANCAS	24
☑ MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	24
☑ PROTEÇÃO CIVIL	25
☑ EDUCAÇÃO	25
☑ ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	26
☑ SANEAMENTO	27
☑ DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	28
☑ RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	28
☑ PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE	29
☑ CULTURA, DESPORTO E ASSOCIATIVISMO	29
☑ JUVENTUDE E EMPREGO	30
☑ INDÚSTRIA E ENERGIA	30
☑ TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	31
☑ FREGUESIAS	31
CONCLUSÃO	32

ANEXOS:

- MAPAS DO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA
- MAPAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO
- NORMA DE CONTROLO INTERNO
- MAPA DE PESSOAL PARA 2014
- PLANO ANTICORRUPÇÃO E DE INFRAÇÕES CONEXAS
- OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E DE SERVIÇO (OPERACIONAIS) PARA 2014

NOTA INTRODUTÓRIA

Para efeitos da aplicação da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em particular o estabelecido na alínea a) do n.º1 do art.º 25.º e alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, neste documento são apresentadas as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Município da Batalha para o ano 2014, para posterior submissão à apreciação e votação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

O presente documento é constituído pelas Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento da Receita e da Despesa, assim como pelos documentos anexos, designadamente Norma de Controlo Interno, Plano Anticorrupção e de Infrações Conexas, Mapa de Pessoal e Objetivos Estratégicos e Operacionais de cada Unidade Orgânica.

O Orçamento foi elaborado com base nos princípios elementares da prudência, do rigor, da transparência e do equilíbrio, prosseguindo uma estratégia de:

- ✓ Contenção da despesa, para reforço e consolidação das finanças do município;
- ✓ De manutenção dos níveis mínimos do endividamento líquido, capazes de garantir uma tesouraria saudável, prazos médios de pagamento reduzidos e fundos disponíveis positivos em cumprimento com as novas regras da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA);
- ✓ De manutenção das políticas de desenvolvimento sustentável e harmonioso do município, com o propósito da melhoria da qualidade de vida dos munícipes, considerando as atuais condicionantes económico-financeiras do país e da Europa;
- ✓ Garantia da continuidade de projetos municipais em curso, sem estrangulamentos de ordem financeira e técnica;
- ✓ Priorização de projetos enquadrados no QREN, com objetivo de captação de taxas de cofinanciamento na ordem dos 85% que garantam a viabilização dos mesmos e o equilíbrio do orçamento;
- ✓ Reforço das políticas sociais de apoio às famílias, aos idosos, às pessoas portadoras de deficiência e às instituições de solidariedade social, através da dinamização e incremento de iniciativas do foro da ação social que complementem a intervenção do Estado, das instituições e o esforço acrescido das pessoas perante as novas medidas de austeridade previstas pelo plano de estabilidade e crescimento.

I. Enquadramento do Orçamento no contexto macroeconómico

A proposta de orçamento de Estado para o ano económico de 2014, surge num momento em que se observa uma recuperação moderada nas economias avançadas e um crescimento menos acentuado nas economias emergentes, num contexto de uma ainda elevada incerteza associada às perspetivas económicas mundiais.

No caso da zona euro, esta incerteza deve-se à crise das dívidas soberanas e à ainda fraca robustez do sistema financeiro e bancário. Nos países emergentes e em desenvolvimento surgiram sinais de instabilidade financeira, especialmente naqueles que apresentam um défice externo mais elevado (Ex: Brasil). Estes sinais conduziram a saídas de capitais, depreciações cambiais e aumento dos seus custos de financiamento, contribuindo para as perspetivas de abrandamento do crescimento dessas economias.

Para 2014 o FMI prevê uma melhoria do desempenho da economia mundial, assente sobretudo no reforço do crescimento das economias avançadas, onde é expectável um crescimento relativamente forte dos EUA, um crescimento mais moderado do Japão e uma recuperação da Economia da União Europeia (UE). Porém, é de referir que as economias da UE continuam a evoluir de forma distinta, verificando-se um crescimento forte nos países bálticos e mais fraco nos países da área do euro sujeitos a programas de ajustamento económico, como é o caso de Portugal.

Os desenvolvimentos ocorridos na zona euro no que concerne à construção da união bancária europeia e aplicação de medidas convencionais de política monetária através do Banco Central Europeu (BCE) permitiram reduzir o risco de fragmentação da área do euro, com especial impacto nos países periféricos mais atingidos pela crise das dívidas soberanas. Porém, a persistência da situação de fragilidade e de fraca rendibilidade dos bancos conduziu à manutenção de condições restritivas na concessão do crédito, com repercussões ao nível da procura interna.

O PIB na zona euro diminuiu 0,9% em termos homólogos, no 1º semestre de 2013, tendo porém apresentado uma recuperação significativa no segundo trimestre, a qual se deve prolongar pelo 2º semestre, dada a evolução positiva dos indicadores de confiança. Esta recuperação foi comum à generalidade dos países.

A evolução da atividade económica da zona euro no 1º semestre de 2013 refletiu uma diminuição da procura interna, especialmente significativa em termos de investimento, e um fraco crescimento das exportações. Ao nível do mercado de trabalho, a taxa de desemprego média da área do euro subiu para 12,0% no mês de agosto (11,4% em 2012).

Município da Batalha | Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014

Em 2013 a taxa de inflação média deve diminuir para 1,5% (2,5% em 2012) em linha com a evolução da atividade económica. As taxas de juro de curto prazo na zona euro diminuíram em 2013, com a Euribor a 3 meses a situar-se em 0,21%, em média, no conjunto dos nove primeiros meses (0,75% em 2012) e a Libor para 0,28% no mesmo período (0,43% em 2012).

É neste contexto internacional que o programa de ajustamento económico acordado entre o Governo português e o FMI e a UE está a ser executado desde 2011. A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma forte contração da procura interna, mais acentuada em 2012 e no início de 2013.

Durante o período de ajustamento, o peso do consumo privado no PIB tem vindo a diminuir em termos reais, corrigindo parcialmente a trajetória de subida da década anterior, ao mesmo tempo que o endividamento das famílias diminuiu, o que se encontra em linha com os objetivos do programa de ajustamento. Além disso, a taxa de poupança dos particulares tem subido durante este período.

Prevê-se um crescimento do PIB em 0,8%, em consequência de uma contribuição menos negativa da procura interna, bem como a manutenção do contributo positivo da procura externa. O saldo conjunto da balança corrente e de capital deverá fixar-se em 3,5% do PIB, aumentando a capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, e a balança corrente deverá atingir um excedente equivalente a 1,9% do PIB, reforçando o resultado de 2013.

Desde maio de 2011, o mercado de trabalho tem sido caracterizado por um aumento do desemprego, decorrente do ajustamento estrutural da economia portuguesa. No entanto, os resultados do inquérito ao emprego por parte do INE, para o 2º trimestre de 2013, revelam uma descida em cadeia da taxa de desemprego para 16,4%. No que diz respeito ao desemprego de longa duração, a taxa situou-se em 10,2%, no 2º trimestre de 2013, abaixo do valor do trimestre anterior (em 0,2 p.p), mas acima do registado no período homólogo (em 2,2 p.p). Quanto ao desemprego jovem, a respetiva taxa atingiu 37,1% no segundo trimestre de 2013, menos 5 p.p. Do que no trimestre precedente, e mais 1,6 p.p., que no período homólogo.

No 2º trimestre de 2013, a população ativa aumentou ligeiramente quando comparada com o trimestre anterior, mas caiu em termos homólogos, verificando-se, em particular, uma redução na faixa etária dos 15 aos 34 anos. Deste modo, a taxa de desemprego deverá situar-se nos 17,7%, acompanhada pela manutenção de uma produtividade aparente do trabalho, positiva, e uma queda do emprego inferior à registada em 2013.

Prevê-se, assim, um aumento do desemprego para 2014, ainda que em desaceleração, face ao andamento registado desde 2011.

Município da Batalha | Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014

O consumo público, por sua vez, deverá diminuir em 2,8% no próximo ano, como resultado da continuação do processo de ajustamento da despesa pública.

Prevê-se que o investimento apresente uma evolução positiva de 1,2%, resultante de uma melhoria do investimento empresarial, conjugado com condições de financiamento mais favoráveis. O consumo privado deverá apresentar uma recuperação de 0,1% em 2014, após o ajustamento ocorrido nos últimos três anos.

A inflação deverá atingir 1% em 2014, num contexto de ausência de tensões inflacionistas nos mercados internacionais. Sendo que, esta ligeira subida de 0,4 p.p. face a 2013, traduzirá alguma maior pressão ascendente sobre os preços da melhoria da procura interna, e algum ganho de rentabilidade empresarial, após anos consecutivos de contração das margens de lucro.

Será portanto de concluir que é num contexto de incerteza elevada, quer a nível interno, quer a nível internacional, que as previsões da economia portuguesa para 2014 se revestem de algum risco.

Quadro N.º 1

Cenário macroeconómico

(taxas de variação homóloga em volume, em percentagem)

	2011	2012	2013 ^(a)	2014 ^(p)
PIB e Componentes da Despesa (Taxa de crescimento homólogo real, %)				
PIB	-1,3	-3,2	-1,8	0,8
Consumo Privado	-3,3	-5,4	-2,5	0,1
Consumo Público	-5,0	-4,7	-4,0	-2,8
Investimento (FBCF)	-10,5	-14,3	-8,5	1,2
Exportações de Bens e Serviços	6,9	3,2	5,8	5,0
Importações de Bens e Serviços	-5,3	-6,6	0,8	2,5
Contributos para o crescimento do PIB (pontos percentuais)				
Procura Interna	-5,5	-6,9	-3,7	-0,3
Procura Externa Líquida	4,2	3,8	1,9	1,1
Evolução dos Preços				
Deflador do PIB	0,3	-0,3	1,9	0,9
IPC	3,7	2,8	0,6	1,0
Evolução do Mercado de Trabalho				
Emprego	-1,5	-4,2	-3,9	-0,4
Taxa de Desemprego (%)	12,7	15,7	17,4	17,7
Produtividade aparente do trabalho	0,1	1,0	2,2	1,2
Saldo das Balanças Corrente e de Capital (em % do PIB)				
Capacidade/Necessidade líquida de financiamento face ao exterior	-5,6	0,2	2,3	3,5
- Saldo da Balança Corrente	-7,2	-1,9	0,5	1,9
da qual Saldo da Balança de Bens	-7,7	-4,7	-2,6	-1,7
- Saldo da Balança de Capital	1,6	2,1	1,8	1,5

Legenda: (p) previsão.

Fontes: INE e Ministério das Finanças.

II. Enquadramento nos pressupostos da Lei do Orçamento de Estado para 2014

IMPACTOS DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014

O Programa de Ajustamento Económico apresenta o enquadramento necessário para o lançamento da transformação da economia portuguesa. Porém, é apenas um ponto de partida, pois o processo significa que o esforço de ajustamento que a economia portuguesa tem vindo a realizar tem necessariamente de ser sustentado no tempo. Tem de perdurar com taxas de poupança privada e públicas elevadas, de forma a financiar o investimento, visando o crescimento e a criação de emprego. Paralelamente, a promoção do crescimento sustentado exige a criação de bases apropriadas – a estabilidade financeira e a sustentabilidade das finanças públicas.

Em 2013, foi aprovado o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, a Nova Lei das Finanças Locais e o Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, tendo estas duas últimas Leis sido aprovadas na sequência de acordo entre o Governo, a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias. Tal como disposto e devidamente detalhado nas Grandes Opções do Plano para 2014, estas iniciativas concretizam uma profunda reforma da Administração Local.

Na sequência das aprovações mencionadas anteriormente, entra em vigor em 2014 o novo regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, sendo expectável um reforço progressivo da disciplina orçamental neste subsector das administrações Públicas. A nova Lei das Finanças Locais foi aprovada em conformidade com a Lei de Enquadramento Orçamental, nomeadamente no que respeita à inclusão de entidades no respetivo setor, à adoção de um quadro orçamental plurianual e às regras de endividamento.

Define-se também um novo calendário para a preparação dos orçamentos municipais, compatível com o do Orçamento de Estado, bem como, prevê-se ainda que em 2014 se dê continuidade ao esforço de consolidação orçamental, o que se traduzirá numa redução da despesa efetiva de 15,4%, face a 2013.

No domínio do equilíbrio orçamental e financeiro, relevarão os esforços para combater situações de sobreorçamentação das receitas municipais e para construir mecanismos de resolução robusta e duradoura das situações de grave desequilíbrio financeiro existentes em algumas autarquias. Em simultâneo, o Governo procurará, em articulação com os autarcas, encontrar instrumentos e soluções que estimulem a aposta na criação e implementação de estratégias de desenvolvimento económico local e de promoção da competitividade do respetivo território, pelas Autarquias Locais e pelas entidades intermunicipais.

Manter-se-á a política de contenção salarial dos funcionários da administração pública, as reduções remuneratórias e o pagamento do subsídio de natal em duodécimos para colmatar os consequentes agravamentos do IRS, com repercussões na política salarial dos municípios. Serão igualmente impostas novas metas para redução das estruturas de recursos humanos das autarquias (+ 2% ao ano para trabalhadores com contrato em regime de funções públicas por tempo indeterminado).

Assistir-se-á a um novo modelo de contratualização do próximo quadro de apoio comunitário – Agenda 2020 – mais centrado na região e menos permissivo ao investimento de dimensão local.

Por outro lado, a descentralização administrativa vem propiciar o aparecimento de novas competências focalizadas nas comunidades intermunicipais, designadamente ao nível das políticas de:

- ✓ Planeamento e gestão da estratégia de desenvolvimento económico e social dos municípios da respetiva área geográfica de influência;
- ✓ Competitividade territorial;
- ✓ Promoção e valorização dos recursos patrimoniais e naturais;
- ✓ Empreendedorismo e da criação de emprego
- ✓ Investimento no domínio da mobilidade;
- ✓ Gestão de infraestruturas urbanas e das respetivas atividades prestacionais;
- ✓ Planeamento de equipamentos educativos, sociais e desportivos.

O aproximar do fim do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), certamente que irá marcar uma nova etapa na programação dos investimentos públicos de base local, pelo que se equacionará a necessidade de projetar novos investimentos de natureza supramunicipal e o redesenho das estruturas orgânicas dos serviços camarários, agora mais orientados para trabalhos de manutenção. Neste contexto, impõe-se grande rigor na gestão da “coisa” pública que assentará num exercício de responsabilidades viradas para a sustentabilidade económica e financeira dos investimentos programados, porque o nível de financiamento de projetos materiais a propiciar pelo próximo quadro comunitário (Agenda 2020), jamais será o mesmo.

Mais uma vez o Município da Batalha soube captar os recursos comunitários necessários para garantir a cobertura financeira adequada dos investimentos realizados no Concelho. Julgou-se, assim, essencial considerar nas Grandes Opções do Plano para 2014 os projetos que já têm contratos de financiamento comunitário assegurados, de que é exemplo a requalificação do Largo Infante D. Henrique e a conclusão daqueles que transitam em curso, prevendo-se a obtenção de comparticipações comunitárias na ordem dos 1,3 milhões de euros. Intencionalmente, enquadrámos nas GOP's

Após uma análise exaustiva à proposta de LOE/2014, entendeu-se considerar no orçamento em análise as condicionantes previstas no citado documento, as quais vamos mencionar:

- ✓ De acordo com o Art.º 33º da PLOE, são reduzidas as remunerações totais líquidas mensais de valores superiores a 600€, de acordo com a aplicação uma taxa progressiva que varia entre os 2,5% e os 12% sobre o valor total da remuneração. Foram considerados para efeitos de orçamentação das despesas com pessoal as remunerações resultantes da aplicabilidade da fórmula que consta na alínea c) do referido artigo.
- ✓ De acordo com o Art.º 35º da PLOE, durante o ano de 2014 o subsídio de natal é pago mensalmente, por duodécimos;
- ✓ De acordo com o art.º 39º da PLOE, não foram alterados os níveis remuneratórios porque a proibição de valorização remuneratória dos titulares dos cargos e demais pessoal identificado no n.º 9 do art.º 33º é para manter à semelhança do orçamento do ano anterior;
- ✓ À semelhança do ano anterior, mantêm-se as reduções remuneratórias previstas no art.º 33 , para contratos de aquisição de serviços, que em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2013 conforme o previsto no artigo 72º da PLOE ;
- ✓ O orçamento prevê o impacto das saídas por aposentações e de outras situações, pelo que é possível cumprir a meta de redução de 2% do número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2013 prevista no Art.º 61º.
- ✓ Não foram considerados novos postos de trabalho através do processo de recrutamento para contrato em regime de funções públicas por tempo indeterminado (RCTFP), na salvaguarda da meta imposta pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que no caso, consiste na redução de 2% no número de efetivos da estrutura de R.H.;
- ✓ A autarquia não tem situações de vínculo a termo (com exceção no domínio da educação), motivo pelo qual não será necessário aplicar as metas de redução de pelo menos 50% do número de trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo. Estão excecionados os contratos a termo resolutivo celebrados com docentes para as AEC'S;

- ✓ Tendo em conta o previsto no Artº 87º da PLOE/2014, haverá descentralização de competências para os municípios no domínio da educação. Assim, estão consideradas as dotações diretamente do M.E.C. para Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar e ação social escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, tendo sido abertas as respetivas rubricas pelo lado da receita orçamental;
- ✓ Tendo em conta o previsto no Artº 89º da PLOE/2014, haverá descentralização de competências para os municípios no domínio da ação social. Assim o Governo durante o ano de 2014 irá transferir para os municípios as dotações inscritas no orçamento do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, referentes às competências a descentralizar no domínio da ação social direta;
- ✓ O impacto do aumento de receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será comunicado aos municípios até 31 de julho de 2014 pela AT. Contudo esse valor será considerado numa redução dos empréstimos a médio e longo prazo. Isto porque o nº 4 do Artº 93º prevê que, caso exista aumento do IMI; resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, esse valor é obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo do município;
- ✓ Esta amortização extraordinária nos empréstimos para os municípios que cumpram os limites da dívida total prevista nos termos do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, podem ser substituída por uma aplicação financeira a efetuar obrigatoriamente junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. (IGCP, E.P.E.), no mesmo montante em falta, para integral cumprimento das reduções previstas no presente artigo (nº 5 do Artº 93º), opção essa que não foi considerada no orçamento em análise;
- ✓ Em sede de execução orçamental, estamos condicionados pela aplicação do nº 2 do Artº 93º da PLOE/2014, que exige a redução de, no mínimo, 5 % do endividamento, incluindo os pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIAL, em setembro de 2013. Como o nosso o endividamento a transitar para o próximo ano vai ser muito reduzido e não existem pagamentos em atraso superiores a 90 dias, tornar-se-á difícil a aplicação desta meta porque não temos margem para reduzir uma “dívida de curto prazo com níveis mínimos históricos”;

Município da Batalha | Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014

As fontes de financiamento externas resultantes do O.E./2014 e previstas no orçamento camarário, expressas no quadro seguinte, registam uma tendência evolutiva globalmente negativa, fruto da contenção orçamental implícita também para o país.

Quadro 2 – Transferências do orçamento do Estado e fundos QREN

Receita	2010	2011	2012	2013 Estimativa	2014 Previsão
Transferências Correntes					
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.208.176	2.090.508	1.964.977	1.964.977	2.854.805
Fundo Social Municipal	239.302	253.653	212.586	212.586	212.586
IRS	331.590	308.906	356.905	356.905	354.035
DREC – Competências Escolares	287.962	260.256	332.279	332.458	332.458
DGAL – Transportes Escolares	32.489	33.204	33.204	33.204	33.204
Estado – Fundos Comunitários	0	0	107.941	2.000	54.248
Outras	67.848	82.584	104.812	35.000	71.454
Total (Receitas Correntes)	3.167.367	3.029.111	3.112.704	2.937.130	3.912.790
Transferências de Capital					
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.475.533	1.393.672	1.309.984	1.309.984	317.201
Estado – Fundos Comunitários	1.806.995	2.958.906	1.797.000	2.258.661	1.381.043
Outros	0		0	2.000	12.000
Total (Receitas Capital)	3.282.528	4.352.578	3.106.984	3.570.645	1.710.244
Total das Receitas	6.449.895	7.381.689	6.219.688	6.507.775	5.623.034

No documento em análise, verifica-se que a política orçamental do município está mais condicionada em 2014, relativamente a 2009 e 2010, pela exigência de consolidação das contas públicas, designadamente o Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e o Memorando de Entendimento Técnico, assinados pelo Governo em 17.05.2011 com o BCE, FMI e CE (Programa de Assistência Económica e Financeira - PAEF), a proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2014, com expressão nas transferências para as autarquias e nos níveis de endividamento municipal, à qual acrescem os condicionalismos da atual conjuntura económica e financeira, fortemente associada à crise económica global, num quadro de maior exigência orçamental.

Como se pode analisar a partir do quadro acima referenciado, as transferências programadas do OE registam uma descida acentuada na ordem 12% quando comparadas com o ano de referência de 2010, em momento anterior à aplicação das medidas do PAEF. Esta descida, representa, em termos absolutos, o montante de 516 mil euros.

III. Impacto dos Fundos Comunitários no Orçamento de 2014

Os fundos provenientes do QREN continuam a representar a maior rubrica da receita de capital e a mais importante fonte de financiamento externa do investimento público no nosso município, representando 75% das transferências de capital. O Quadro de Referência da Estratégica Nacional, que constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período de 2007-2013, está na reta final. Estamos em presença de um instrumento fundamental e quiçá único, para o financiamento dos investimentos municipais, que potenciou a injeção de liquidez na economia real, tão necessária nos tempos que correm.

Note-se que as GOP's refletem isso mesmo. Cerca de 90% das obras financiadas no âmbito da contratualização com o Mais Centro, através da CIMPL, encontram-se executadas. Apenas transita para o próximo ano um projeto, mas que se encontram em fase de conclusão, designadamente a Requalificação do Largo Infante D. Henrique. Os restantes projetos previstos no quadro seguinte e têm pedidos finais de saldo, mas estão praticamente concluídos.

No que concerne aos investimentos que foram enquadrados nos planos estratégicos das RUCI – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação e PRU – Parcerias para a reabilitação urbana, recentemente chamados apenas de RU – reabilitação urbana, por via de alteração regulamentar, tendo sido eliminadas as designações de RUCI e PRU, não foi possível dar-lhes execução porque os gabinetes gestores dos respetivos programas operacionais não concluíram a análise de todas as candidaturas. No entanto, foi ainda possível assegurar a manutenção da candidatura da Rede de Mosteiros Portugueses Património da Humanidade e também da candidatura RU/CIMPL relativa ao projeto de Normalização da Sinalética, Esplanadas, Publicidade e Mobiliário Urbano.

Por outro lado, ainda no atual QREN e a confirmar a abertura de concurso no âmbito do MAIS CENTRO – Programa Operacional da Região Centro, pretende o Município da Batalha apresentar novas candidaturas de novos projetos que promovam os objetivos estratégicos definidos, entres outros, relativos à regeneração urbana, valorização ambiental, coesão territorial e mobilidade urbana.

Segue-se uma análise dos projetos QREN aprovados e ainda em curso:

Município da Batalha | Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014

Quadro 3 – Relação dos projetos do QREN aprovados e em curso que transitam para 2014

Programa/Projeto	Valores Aprovados Elegíveis			Valores Executados Elegíveis até 31 Outubro 2013			
	Investimento	Participação	Taxa	Investimento	Taxa	Participação	Tx. Rec.
	Total	Total		Anual Executado		Recebida	
Programa Operacional Valorização Território (POVT)							
Eixo V – Infraestruturas e equipamentos para a valorização territorial e o desenvolvimento urbano							
Campo de Futebol Sintético – Zona Desportiva da Batalha	787.000,00 €	550.900,00 €	70,00%	774.802,30 €	98,45%	523.355,00 €	95,00%
Eixo II – Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos – Ciclo Urbano da Água							
RARD Garruchas, Celeiro, Perulhal, Cs. Rei, Cs. Sta. Joana e Conduta adutora gravítica R_140	941.703,28 €	800.447,79 €	85,00%	941.703,28 €	100,00%	759.065,91 €	95,00%
RARD Vale Seta, Perulheira e Covão da Carvalha	386.562,14 €	328.577,85 €	85,00%	386.052,31 €	99,87%	309.737,09 €	94,27%
RARD dos Pinheiros, Casal do Marra e Casal do Arqueiro	670.384,68 €	569.826,98 €	85,00%	670.384,68 €	100,00%	0,00 €	0,00%
TOTAL POVT	2.785.650,10 €	2.249.752,62 €	81,25%	2.772.942,57 €	99,54%	1.592.158,00 €	70,77%
Programa PRODER							
Eixo – Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural							
Mosaicos e pontos de água do Município da Batalha	111.753,52 €	78.227,46 €	70,00%	78.855,50 €	70,56%	55.198,85 €	70,56%
TOTAL PRODER	111.753,52 €	78.227,46 €	70,00%	78.855,50 €	70,56%	55.198,85 €	70,56%
Programa Operacional da Região Centro (MAIS CENTRO)							
Eixo IX – Regulamento específico requalificação da rede escolar de 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar							
Centro Educativo da Batalha	1.685.437,99 €	1.432.622,29 €	85,00%	1.432.622,29 €	100,00%	1.323.902,93 €	92,41%
Construção do Centro Educativo da freguesia de São Mamede	1.085.879,44 €	922.997,52 €	85,00%	1.085.879,44 €	100,00%	879.032,21 €	95,24%
Eixo IX – Regulamento específico da mobilidade territorial do Programa Operacional do Centro							
Beneficiação da CM 1265 – Estrada de São João à Torre e à EN356	571.482,81 €	485.760,39 €	85,00%	566.218,43 €	99,08%	372.682,41 €	76,93%
Beneficiação CM 1443 – Estrada de Fátima, Torre e Perulheira	237.022,58 €	201.469,19 €	85,00%	237.022,58 €	100,00%	201.469,19 €	100,00%
Eixo IX – Regulamento específico da mobilidade territorial urbana do Programa Operacional do Centro							
Caminho Vicinal Quinta do Sobrado, Cancelas, Mata da Raposa e Rua Mata Raposa	462.653,47 €	393.255,45 €	85,00%	462.653,47 €	100,00%	373.595,38 €	95,00%
Eixo IX – Regulamento específico equipamentos para a coesão local do Programa Operacional do Centro							
Construção do Gimnodesportivo da Golpilheira	1.210.129,92 €	1.028.610,48 €	85,00%	1.210.129,92 €	100,00%	907.701,43 €	88,25%
Museu da Comunidade Concelhia da Batalha – MCCB	657.181,12 €	558.603,95 €	85,00%	657.181,12 €	100,00%	528.493,45 €	94,60%
Eixo IX – Regulamento específico política das cidades – parcerias para a regeneração urbana do Programa Operacional Regional do Centro							
Requalificação do Largo 14 de Agosto e envolvente	751.819,76 €	639.046,80 €	85,00%	751.819,76 €	100,00%	607.093,80 €	95,00%
Requalificação urbanística intervenção na vila, entre Igreja Matriz e rotunda das Cancelas (cooperativa)	490.697,92 €	417.093,23 €	85,00%	490.697,92 €	100,00%	412.455,10 €	98,89%
Eixo VIII – Regulamento específico ações de valorização e qualificação ambiental do Programa Operacional Regional do Centro							
Requalificação da Sede de Freguesia de S.Mamede – Lg. Feira	524.198,48 €	445.568,71 €	85,00%	524.198,48 €	100,00%	423.290,27 €	95,00%
Eixo IX – Regulamento específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação							
Requalificação do Largo D. Henrique	1.290.871,44 €	1.039.507,41 €	85,00%	659.434,63 €	51,08%	519.293,61 €	49,96%
Sub total – CONTRATUALIZAÇÃO CIMPL	3.662.668,38 €	3.113.268,17 €	85,00%	3.657.404,00 €	99,86%	2.807.232,13 €	90,17%
Sub total – MAIS CENTRO	5.304.706,55 €	4.451.267,26 €	85,00%	4.420.454,04 €	83,33%	3.741.777,65 €	84,06%
TOTAL MAIS CENTRO	8.967.374,93 €	7.564.535,43 €	85,00%	8.077.858,04 €	90,08%	6.549.009,78 €	86,58%
Programa Operacional InteRege IVC							
Projeto EFFMIS – European Forest Fire Monitoring Using Information Systems	45.935,78 €	39.045,41 €	85,00%	45.935,78 €	100,00%	19.153,67 €	49,05%
TOTAL POIIVC	45.935,78 €	39.045,41 €	85,00%	45.935,78 €	100,00%	19.153,67 €	49,05%
TOTAL GERAL	11.910.714,33 €	9.931.560,92 €	83,23%	10.975.591,89 €	92,15%	8.215.520,30 €	82,72%

IV. Regime de Endividamento Municipal e níveis de endividamento previstos

As práticas no domínio da gestão instituídas nos últimos anos têm conduzido a uma dinâmica de consolidação orçamental, quer pelo reajustamento dos orçamentos aprovados aos níveis de execução, quer pela aplicação de normas de controlo interno e de boa gestão de tesouraria e dos fundos disponíveis que conduziram à melhoria significativa dos indicadores, em especial do prazo médio de pagamentos e da redução do défice e do endividamento.

Uma das grandes preocupações na elaboração do Orçamento para 2014, foi adequá-lo à capacidade real de execução física e financeira, tendo como meta o adequado equilíbrio financeiro. Assim, apesar da existência de margem para a capacidade de endividamento, é importante manter a dívida global em níveis compatíveis com o atual contexto económico, preparando a Autarquia para respostas de reposição de investimento em exercícios futuros.

De referir que quanto aos limites legais de endividamento, e de acordo com os dados históricos da autarquia, até final de outubro passado, os mesmos eram os seguintes:

Quadro 5 – Evolução dos níveis de endividamento e previsão para 2014

Endividamento Municipal	2010	2011	2012	2013	2014
				Até 31/10	Previsão
Endividamento de Médio e Longo Prazo (Empréstimos)					
Dívida no início do ano de empréstimos	1.330.429	1.864.998	2.824.201	2.633.040	2.510.196
Utilização do ano	675.000	1.325.000	0	0	0
Amortizações do ano	140.432	365.797	191.161	122.844	164.784
Dívida no final do ano de empréstimos	1.864.998	2.824.201	2.633.040	2.510.196	2.345.412
Endividamento de curto prazo					
Dívida no início do ano	679.618	2.350.303	1.317.546	520.777	283.002
Dívida no fim do ano	2.350.303	1.317.546	520.777	283.002	268.852
Endividamento líquido					
Limite do endividamento líquido	8.371.344	3.072.469	2.917.344	2.917.344	2.917.344
Valor do endividamento líquido	3.072.469	2.917.344	1.497.820	803.700	763.515
Meios Libertos Líquidos (do endividamento líquido)	5.298.875	155.125	1.419.524	2.113.644	2.153.829

Na proposta de Lei do Orçamento do Estado 2014 determina-se que o limite da dívida total de cada município em 2014 sem prejuízo do disposto no artigo 84º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a entrar em vigor a 01/01/2014, é o previsto no artigo 52º da mesma lei, tendo como referência os montantes da dívida total em 31 de dezembro de 2013.

O valor da dívida total de operações orçamentais, calculado nos termos da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, de cada município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º (Entidades do setor empresarial municipal), não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, **1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.**

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

De salientar que, sempre que o município não cumpra o limite da dívida total de operações orçamentais, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido. Se o município cumprir os limites estabelecidos, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

No ano 2014, nos termos da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como celebrar contratos de locação financeira. Os empréstimos de curto prazo podem ser contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.

Os empréstimos de médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos os quais devem ser devidamente identificados no respetivo contrato ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal.

De referir que a presente lei determina mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal nos seguintes termos:

- ✓ Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivos e deliberativo do município, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte;

- ✓ Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52º atinja ou ultrapasse 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores são informadas as entidades referidas no ponto anterior, bem como o Banco de Portugal;
- ✓ No caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85% são informadas as entidades referidas nos pontos anteriores.

De referir, por último, que no cálculo mais recente da capacidade de endividamento e dos limites legais, o endividamento líquido era na ordem dos 803.700 euros, estando disponíveis 2.113.644 euros (margem de endividamento líquido).

Quanto ao endividamento de médio e longo prazo o limite era de 2.326.760 euros, de acordo com o rateio comunicado pela DGAL, estando disponíveis (margem de endividamento de M/L prazo) 287.698 até 31 de dezembro. Quanto ao endividamento de curto prazo verifica-se uma diminuição muito acentuada, no cálculo efetuado a 31 de outubro o valor da dívida de curto prazo era na ordem dos 283.002 €.

V. Pressupostos e Orçamento da Receita e da Despesa

Pelos motivos já expostos, o orçamento diminui globalmente em relação ao ano anterior na ordem dos 12%, representando menos 1,32 milhões de euros, espelhando o limiar da taxa de execução orçamental do ano transato.

O decréscimo dos impostos indiretos reflete o refreamento da atividade económica, com particular incidência na captação de recursos financeiros através das taxas inerentes à publicidade e urbanismo. O setor da construção estagnou, refletindo-se na queda abrupta das receitas do licenciamento urbanístico. Também se verifica um decréscimo dos impostos diretos pela constante diminuição do IMT – Imposto Municipal de Transmissões Onerosas.

Quadro 6 – Comparativo da Receita programada 2013-14

Cap.	Designação da Rubrica	Anos				Variação	
		2013		2014		Valor	Var. %
		Valor	%	Valor	%		
	Receitas Correntes						
01	Impostos Diretos	2.593.680	23,62%	2.534.191	26,24%	-59.489	-2%
02	Impostos Indiretos	88.959	0,81%	87.617	0,91%	-1.342	-2%
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	554.524	5,05%	625.576	6,48%	71.052	13%
05	Rendimentos de Propriedade	536.663	4,89%	567.778	5,88%	31.115	6%
06	Transferências Correntes	2.937.130	26,74%	3.912.790	40,52%	975.660	33%
07	Vendas de Bens e Prestações de Serviços	484.016	4,41%	170.051	1,76%	-313.965	-65%
08	Outras Receitas Correntes	4.697	0,04%	35.000	0,36%	30.303	645%
	Total (Receitas Correntes)	7.199.669	65,56%	7.933.003	82,15%	733.334	10%
	Receitas Capital				0,00%		
09	Vendas Bens de Investimento	100.000	0,91%	0	0,00%	-100.000	-100%
10	Transferências de Capital	3.570.645	32,51%	1.710.244	17,71%	-1.860.401	-52%
11	Ativos Financeiros		0,00%		0,00%	0	
12	Passivos Financeiros	100.000	0,91%	0	0,00%	-100.000	-100%
13	Outras Receitas de Capital	2.000	0,02%	12.000	0,12%	10.000	500%
15	Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos	10.000	0,09%	1.000	0,01%	-9.000	-90%
	Total (Receitas Capital)	3.782.645	34,44%	1.723.244	17,85%	-2.059.401	-54%
	Total das Receitas	10.982.314	100,00%	9.656.247	100,00%	-1.326.067	-12%

A despesa diminui globalmente, com particular destaque para as despesas de investimento que caíram 58%, correspondendo a menos 2,01 milhões de euros, fruto da necessidade de reajustamento da despesa às perspetivas de captação e da quebra da receita. Esta trajetória é influenciada pela finalização do QREN.

As despesas com juros e outros encargos registam um acréscimo de cerca de 128% devido ao início da amortização do capital de um empréstimo bancário. Quanto às despesas com a rubrica dos subsídios verifica-se um aumento significativo derivado ao realinhamento dos novos contratos-programa com a Empresa Municipal nos termos da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Quadro 7 – Comparativo da despesa programada 2013-14

Cap.	Designação da Rubrica	Anos				Variação	
		2013		2014		Valor	Var. %
		Valor	%	Valor	%		
	Despesas Correntes						
01	Despesas com Pessoal	1.893.535	17,24%	1.897.811	19,65%	4.276	0%
02	Aquisição de Bens e Serviços	4.444.388	40,47%	4.614.501	47,79%	170.113	4%
03	Juros e Outros Encargos	53.806	0,49%	122.695	1,27%	68.889	128%
04	Transferências Correntes	427.286	3,89%	437.530	4,53%	10.244	2%
05	Subsídios	248.000	2,26%	651.000	6,74%	403.000	163%
06	Outras Despesas Correntes	108.768	0,99%	74.995	0,78%	-33.773	-31%
			0,00%		0,00%	0	
	Total (Despesas Correntes)	7.175.783	65,34%	7.798.532	80,76%	622.749	9%
	Despesas Capital		0,00%		0,00%	0	
07	Aquisição de Bens de Capital	3.438.921	31,31%	1.428.118	14,79%	-2.010.803	-58%
08	Transferências de Capital	123.813	1,13%	264.813	2,74%	141.000	114%
09	Ativos Financeiros		0,00%		0,00%	0	
10	Passivos Financeiros	243.797	2,22%	164.784	1,71%	-79.013	-32%
11	Outras Despesas de Capital		0,00%	0	0,00%	0	0%
			0,00%		0,00%	0	
	Total (Despesas de Capital)	3.806.531	34,66%	1.857.715	19,24%	-1.948.816	-51%
	Total das Despesas	10.982.314	100,00%	9.656.247	100,00%	-1.326.067	-12%

De acordo com as regras e princípios orçamentais impostos pelo D.L. 54-A/2009, de 22 de fevereiro, o orçamento tem de ser equilibrado, de modo a que sejam assegurados os recursos necessários para cobrir todas as despesas. De igual modo, as receitas correntes devem ser pelo menos iguais ou superiores às despesas correntes. O quadro abaixo referenciado demonstra a aplicação da regra do equilíbrio orçamental com saldo positivo de 134.471 € a aplicar em despesa de capital.

Quadro 8 – Equilíbrio orçamental

Receita	Valor	%	Despesa	Valor	%	Saldo
	[1]			[2]		[3] = [1] - [2]
Receitas Correntes	7.933.003	82%	Despesas Correntes	7.798.532	81%	134.471
Receitas de Capital	1.723.244	18%	Despesas de Capital	1.857.715	19%	-134.471
TOTAL	9.656.247	100%	TOTAL	9.656.247	100%	

Quadro 9 – Orçamento Global (por classificação Económica)

Cap.	Descritivo	2014	Var. %	Cap.	Descritivo	2014	Var. %
	Receitas Correntes				Despesas Correntes		
01	Impostos Diretos	2.534.191	26,24%	01	Despesas com Pessoal	1.897.811	19,65%
02	Impostos Indiretos	87.617	0,91%	02	Aquisição de Bens e Serviços	4.614.501	47,79%
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	625.576	6,48%	03	Juros e Outros Encargos	122.695	1,27%
05	Rendimentos de Propriedade	567.778	5,88%	04	Transferências Correntes	437.530	4,53%
06	Transferências Correntes	3.912.790	40,52%	05	Subsídios	651.000	6,74%
07	Vendas de Bens e Prestações de Serviços	170.051	1,76%	06	Outras Despesas Correntes	74.995	0,78%
08	Outras Receitas Correntes	35.000	0,36%				
	<i>Total (Receitas Correntes)</i>	7.933.003	82,15%		<i>Total (Despesas Correntes)</i>	7.798.532	80,76%
	Receitas Capital				Despesas Capital		
09	Vendas Bens de Investimento	0	0,00%	07	Aquisição de Bens de Capital	1.428.118	14,79%
10	Transferências de Capital	1.710.244	17,71%	08	Transferências de Capital	264.813	2,74%
11	Ativos Financeiros			09	Ativos Financeiros		
12	Passivos Financeiros	0	0,00%	10	Passivos Financeiros	164.784	1,71%
13	Outras Receitas de Capital	12.000	0,12%	11	Outras Despesas de Capital	0	
15	Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos	1.000	0,01%				
	<i>Total (Receitas Capital)</i>	1.723.244	17,85%		<i>Total (Despesas de Capital)</i>	1.857.715	19,24%
	<i>Total das Receitas</i>	9.656.247	100%		<i>Total das Despesas</i>	9.656.247	100%

Concluindo, existe a perspectiva de um aumento das receitas próprias de funcionamento em relação à programação do ano anterior [634.334 €], devido à afetação de 90% do FEF à receita corrente de acordo com a PLOE, e da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, aumentado assim o peso relativo das transferências correntes, no cômputo geral do orçamento da receita, com reflexos nos indicadores da autonomia e da saúde financeira.

Não obstante esta tendência, a perspectiva financeira é de equilíbrio e de sustentabilidade das finanças do Município a curto, médio e longo prazos, porque a despesa programada está intrinsecamente associada à real capacidade de captação de receitas no contexto de uma crise generalizada e extensiva ao país.

Quadro 10 – Indicadores Financeiros e de Estrutura

INDICADORES FINANCEIROS E DE ESTRUTURA	2013	2014
<i>Financeiros</i>		
Receitas Fiscais		
Imp. Directos + Impostos Ind.+ Taxas, Multas e Outras Penalid.	3.237.163	3.247.384
Receitas Próprias de Funcionamento		
Receitas Totais - Transf.Capital - Passivos Financeiros	7.311.669	7.946.003
Autonomia Financeira		
Receitas Próprias Funcionamento - Despesas Obrigatórias Correntes	135.886	147.471
Saúde Financeira		
Autonomia Financeira / Receitas Próprias de Funcionamento	2%	2%
<i>Estrutura</i>		
Poupança		
Corrente (Receitas Correntes / Despesas Correntes)	1,00	1,02
Aplicações da Receita Corrente em Despesa de Capital		
Receitas Correntes - Despesas Correntes	23.886	134.471
% Custo com Pessoal sobre Despesas Correntes		
Despesas c/ Pessoal / Desp. Correntes	26,4%	24,3%
% Custos com Pessoal sobre Despesas Totais		
Despesas c/ Pessoal / Desp. Totais	17,2%	19,7%

A programação orçamental foi devidamente articulada com as medidas impostas pela Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro que regula as regras aplicadas à assunção dos compromissos e aos pagamentos em atraso. Na sua execução, cremos poder assegurar a determinação de fundos disponíveis positivos ao longo do exercício de 2014 dentro das premissas da citada lei.

VI. Grandes Opções do Plano para 2014

As Grandes Opções do Plano para 2014, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Atividades Mais Relevantes (AMR), estão resumidas no quadro seguinte:

Quadro 11 – Grandes Opções do Plano 2014

Objetivo Descrição	Dotações definidas 2014					
	PPI		AMR		GOP	
	Valor [1]	% s/ Total	Valor [2]	% s/ Total	Valor [1]+[2]	% s/ Total
1 FUNÇÕES GERAIS	465.119	25,1%	199.000	4,5%	664.119	10,7%
111 Administração Geral	461.919	24,9%	84.000	1,9%	545.919	8,8%
121 Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	3.200	0,2%	115.000	2,6%	118.200	1,9%
2 FUNÇÕES SOCIAIS	646.374	34,8%	4.169.724	95,3%	4.816.098	77,3%
211 Ensino Não Superior	14.900	0,8%	6.000	0,1%	20.900	0,3%
212 Serviços Auxiliares de Ensino	0	0,0%	1.096.468	25,1%	1.096.468	17,6%
221 Serviços Individuais de Saúde	3.000	0,2%	4.900	0,1%	7.900	0,1%
232 Ação Social	0	0,0%	86.600	2,0%	86.600	1,4%
241 Habitação	4.000	0,2%	0	0,0%	4.000	0,1%
242 Ordenamento do Território	180.174	9,7%	0	0,0%	180.174	2,9%
243 Saneamento	23.400	1,3%	1.129.684	25,8%	1.153.084	18,5%
244 Abastecimento de Água	245.000	13,2%	13.500	0,3%	258.500	4,1%
245 Resíduos Sólidos	0	0,0%	821.281	18,8%	821.281	13,2%
246 Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	6.000	0,3%	233.700	5,3%	239.700	3,8%
251 Cultura	9.900	0,5%	469.091	10,7%	478.991	7,7%
252 Desporto, Recreio e Lazer	160.000	8,6%	307.500	7,0%	467.500	7,5%
253 Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0	0,0%	1.000	0,0%	1.000	0,0%
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS	466.625	25,1%	0	0,0%	466.625	7,5%
320 Indústria e Energia	1.000	0,1%	0	0,0%	1.000	0,0%
331 Transportes Rodoviários	446.125	24,0%	0	0,0%	446.125	7,2%
340 Comércio e Turismo	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
341 Mercados e Feiras	5.000	0,3%	0	0,0%	5.000	0,1%
342 Turismo	14.500	0,8%	0	0,0%	14.500	0,2%
4 OUTRAS FUNÇÕES	278.597	15,0%	8.330	0,2%	286.927	4,6%
410 Operações da Dívida Autárquica	164.784	0,0%	0	0,0%	164.784	2,6%
420 Transferências entre Administrações	113.813	6,1%	8.330	0,2%	122.143	2,0%
Total	1.856.715	100,0%	4.377.054	100,0%	6.233.769	100,0%

As áreas do saneamento e resíduos sólidos representam 31,7% do valor das GOP's sendo praticamente alocados os valores dos contratos de prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (SUMA E VALORLIS) e de recolha de efluentes (SIMLIS).

Município da Batalha | Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014

Globalmente, verifica-se uma diminuição do orçamento das GOP's na ordem dos 18,3%, correspondente a menos 1,39 milhões de euros em relação às previsões do ano anterior.

Regista-se um aumento no programa de Administração Geral, cujo projeto mais representativo é a Beneficiação e Ampliação dos Armazéns da Câmara Municipal. Igualmente foi projetado um aumento no programa do abastecimento de água, cujos investimentos, para além de serem os estritamente necessários para manter o sistema em equilíbrio, resultam de um compromisso contratualmente estabelecido com a concessionária Águas do Lena, S.A..

Quadro 12 – Variação das Grandes Opções do Plano 2013-14

Objetivos	Descrição	2013	2014	Var %
1	FUNÇÕES GERAIS	231.756	664.119	186,6%
111	Administração Geral	136.256	545.919	300,7%
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	95.500	118.200	23,8%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	6.580.846	4.816.098	-26,8%
211	Ensino Não Superior	189.371	20.900	-89,0%
212	Serviços Auxiliares de Ensino	818.014	1.096.468	34,0%
221	Serviços Individuais de Saúde	25.350	7.900	-68,8%
232	Ação Social	121.730	86.600	-28,9%
241	Habituação	1.500	4.000	166,7%
242	Ordenamento do Território	1.279.250	180.174	-85,9%
243	Saneamento	1.027.494	1.153.084	12,2%
244	Abastecimento de Água	179.800	258.500	43,8%
245	Resíduos Sólidos	830.807	821.281	-1,1%
246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	454.555	239.700	-47,3%
251	Cultura	263.200	478.991	82,0%
252	Desporto, Recreio e Lazer	1.379.775	467.500	-66,1%
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	10.000	1.000	-90,0%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	454.700	466.625	2,6%
320	Indústria e Energia	9.600	1.000	-89,6%
331	Transportes Rodoviários	445.100	446.125	0,2%
340	Comércio e Turismo	0	0	0,0%
341	Mercados e Feiras	0	5.000	100,0%
342	Turismo	0	14.500	100,0%
4	OUTRAS FUNÇÕES	365.940	286.927	-21,6%
410	Operações da Dívida Autárquica	243.797	164.784	-32,4%
420	Transferências entre Administrações	122.143	122.143	0,0%
Total		7.633.242	6.233.769	-18,3%

PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA 2014

De seguida, passamos a mencionar os projetos mais representativos das Grandes Estratégicas do Executivo para 2014:

▪ AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

Propomo-nos continuar a reforçar as parcerias existentes na Rede Social, CPCJ e outras, envolvendo parceiros ativos locais, a Segurança Social, o Centro de Saúde, os Bombeiros, as IPSS e outros organismos, com vista à implementação de projetos que sejam verdadeiras melhorias para as populações.

Continuará a ser feito o acompanhamento dos projetos das IPSS e daremos todo o contributo técnico e logístico para a conceção e candidatura de novos projetos a fundos comunitários.

O apoio aos idosos e famílias carenciadas terá que ser incrementado sob vários ângulos. Propomo-nos cumprir com a nossa responsabilidade, potenciando a evolução de diversos projetos liderados pelo nosso Gabinete de Desenvolvimento Social, dos quais destacamos:

- ✓ *“Banco de Ajudas Técnicas”* Este projeto foi iniciado em 2009 e será reforçado, tendo em consideração a forte procura por parte dos N/ munícipes.
- ✓ *Programa “Novas Primaveras”* Parceria com escola de música, para o desenvolvimento desta atividade, junto dos utentes das IPSS, do concelho.
- ✓ *Programa de “Ginástica Geriátrica – Reciclagem de Movimentos”* Este projeto envolve os idosos do concelho e tem como objetivo aumentar os níveis de atividade física da 3ª idade.
- ✓ *Programa das “Bolsas de Estudo”* para estudantes carenciados.
- ✓ *“Banco Local de Voluntariado”* Pretende promover o encontro entre a oferta e a procura de voluntariado, fazendo a ligação entre os voluntários e as entidades promotoras de voluntariado. Projeto que visa atribuir um seguro de responsabilidade civil a todos os voluntários do concelho.
- ✓ *“Programa de Apoio à Comparticipação de Medicamentos”* Continuação do projeto iniciado em 2009 de comparticipação dos medicamentos para idosos carenciados.
- ✓ *Ações de “Eliminação de Barreiras Arquitetónicas para Deficientes”*. Continuação do esforço de eliminação de barreiras arquitetónicas e aplicação do Braille em informações de carácter turístico.

- ✓ *Ações de “Recuperação de Habitações”* de pessoas portadoras de deficiência e de famílias carenciadas, que visa apoiar agregados com dificuldades económicas e com lacunas ao nível da habitação.
- ✓ *Projeto “V.O.A. – Ver e Ouvir para Aprender”* Projeto Municipal de apoio para aquisição de óculos e apoios auditivos para crianças do 1º ciclo de ensino.
- ✓ *Projeto “O.T.L. Sénior _ Artes, Expressões e Jogo”* Criar iniciativas de ocupação de tempos livres para idosos, com equipa multidisciplinar de animação, comum a todas as instituições do Concelho.
- ✓ *Projeto “Mobilidade Sénior”* Rede de Transportes Concelhio para população idosa, garantindo a sua acessibilidade à saúde familiar e equipamentos de utilização coletiva, numa relação de complementaridade com outros programas de ocupação da população sénior.
- ✓ *Projeto “Natação para Crianças e Jovens com necessidades Educativas Especiais e Deficiência”* Promover o acesso a aulas de natação especializadas a crianças e jovens, sobretudo integrados em famílias carenciadas, que, de outra forma, não usufruiriam da terapia.

▪ REABILITAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

O projeto de requalificação do Largo Infante D. Henrique e zonas adjacentes já em fase de conclusão está inserido no programa estratégico “Rede de Mosteiros Património para a Humanidade”, cujo principal objetivo assenta na integração de importantes recursos naturais e culturais da zona centro, procurando assim, explorar as respetivas potencialidades para dar uma resposta cabal ao papel que o património hoje representa para a sociedade.

Com esta intervenção de Requalificação no Largo Infante D. Henrique, e zonas envolventes, dotou-se toda a área confinante ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória com infraestruturas que potenciem a mobilidade e o conforto de centenas de pessoas que por dia passam por esta zona.

Com a conclusão dos trabalhos na Rua Nossa Senhora do Caminho, beneficiar-se-á o arruamento de circulação paralelo ao Largo D. Henrique. Recorde-se que a requalificação desta via passou pela substituição de pavimentos e reestruturação do sistema de iluminação.

Ao nível do casco histórico, bem como das restantes zonas contempladas neste projeto, ocorreram intervenções profundas de forma a reabilitar as infraestruturas básicas, nomeadamente a rede de abastecimento de águas, a rede de drenagem de águas pluviais e domésticas originando melhores condições de salubridade pública aos habitantes.

▪ TURISMO E NÚCLEO TERMAL DAS BRANCAS

A Batalha é hoje um forte destino no turismo da natureza e cultural. Temos o objetivo de potenciar o turismo de eventos e religioso, procurando assim diversificar a oferta turística no Concelho. Neste domínio, assume também como aposta estratégica no quadro da promoção interna alargada a valorização da gastronomia e tradicionais locais.

Na área do designado turismo de saúde, pretendemos o desenvolvimento do projeto termal das Brancas, numa primeira fase através de instalação de conduta de ligação que permita desde já aproveitar a água do furo das brancas devidamente monitorizado e patenteado pelo ministério competente, cujos elementos físico-químicos podem proporcionar bem-estar e benefícios para a saúde do aquista através de diversas técnicas de balneoterapia, com principal incidência nos tratamentos músculo-esqueléticos e de vias respiratórias.

Os tratamentos termais vão necessitar de acompanhamento médico (hidrologista) e de técnicos de reabilitação que o CHNSC já dispõe.

▪ MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No próximo ano, continuará a fase de implementação do *Licenciamento Zero*. A iniciativa foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, com o objetivo de reduzir os encargos administrativos sobre os cidadãos e as empresas, reforçando a fiscalização municipal, medida esta que se concretiza através da eliminação de licenças, autorizações e outros atos com o objetivo de simplificar e desmaterializar a instalação e o funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem. Os mesmos critérios vão ser adotados para os regimes ligados às operações urbanísticas, à ocupação do espaço público e à publicidade comercial de qualquer atividade económica, através do Portal do Empreendedor "*Batalha Investe+*", desenvolvido em parceria com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA).

Para a implementação deste sistema, será necessário a modernização do nosso parque informático, através da substituição do servidor da autarquia que necessita de aumento de capacidade e de atualização do seu software, bem como as respetivas licenças. Este projeto terá uma participação comunitária, no âmbito do Programa "SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa – MODERNIZA&RACIONALIZA@AMLEI – Modernização Administrativa Racionalização na AMLEI", cuja taxa de cofinanciamento é de 85%.

O plano de formação dos recursos humanos continuará a ser implementado, de forma que os nossos recursos estejam cada vez mais habilitados a dar respostas com eficácia e qualidade, aos nossos municípios/clientes. Num ano de contenção, privilegiaremos a formação interna.

▪ PROTEÇÃO CIVIL

Continuaremos a trabalhar com vista a que o envolvimento da população, associações de produtores florestais e de caçadores, seja cada vez mais forte. Daremos prioridade à implementação de medidas de silvicultura preventiva e vamos lançar um novo projeto, em colaboração com o Comando Distrital da GNR e com o GIPS - Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (Alcaria), com o objetivo de acompanhamento das operações de limpeza decorrentes do cumprimento do Decreto-Lei n.º 124/06, de 28 de junho, e do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Continuamos convictos de que é uma boa forma de preservar e rentabilizar a floresta, reduzindo ao mesmo tempo, os incêndios florestais.

Manteremos a relação de colaboração com a direção, comando e voluntários da corporação dos Bombeiros Voluntários da Batalha.

▪ EDUCAÇÃO

Continuaremos com a forte aposta na educação, especialmente nas áreas em que possuímos competências, como é o caso do pré-escolar e 1º CEB, admitindo ainda desenvolver contactos com o Ministério da Educação para uma maior intervenção nos demais níveis de ensino.

Foi apresentado um projeto de substituição e requalificação de coberturas em fibrocimento na Escola Sede do Agrupamento Escolas da Batalha, pelos nossos serviços técnicos junto da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) que foi aprovado por esta entidade. É um projeto que ainda terá início neste ano.

O processo de reordenamento da rede educativa no Concelho da Batalha (de acordo com a Carta Educativa) prevê a construção de um outro centro escolar, na freguesia do Reguengo do Fetal, contudo condicionantes financeiras e relacionadas com a localização podem comprometer a sua execução no imediato. Assim, o Município irá encetar o diálogo com a população local e com a Junta de Freguesia, no sentido de assegurar as melhores condições para os alunos da freguesia do Reguengo do Fetal.

O projeto de generalização do fornecimento das refeições escolares será mantido e continuaremos a assegurar o cumprimento das regras do HACCP. Este sistema de controlo da higiene alimentar já produziu bons resultados na parceria com as IPSS's do Concelho, garantia da qualidade de prestação do serviço de fornecimento da alimentação para as escolas. Temos mantido uma vigilância permanente da qualidade alimentar, através da Autoridade Sanitária Municipal e do Delegado de Saúde.

Num período de maiores dificuldades para as famílias, manteremos o mesmo nível de investimento no projeto das “Atividades de Enriquecimento Escolar” propiciando a manutenção do ensino do inglês, atividade física desportiva, desporto e outras atividades de expressão plástica em todas as escolas do 1º Ciclo do Concelho da Batalha.

▪ **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

Dá-se particular destaque ao projeto Requalificação das Margens do Rio Lena – Jardim do Lena – Variante Nascente. O projeto assenta numa abordagem do conforto ambiental e nas necessidades funcionais subjacentes ao dinamismo do futuro espaço de lazer, sustenta a continuidade do jardim do Rio Lena, fundamentalmente de uma forma contemporânea os valores das linhas de drenagem natural e do próprio Rio Lena.

O projeto definido conduz a uma área verde fragmentada por percursos pedonais articulados com percursos desportivos, que ligam a áreas de desportos radicais e a um campo de mini-golfe. Além dos espaços onde a vegetação, representa situações de pequenas montanhas, existem duas passagens aéreas de ligação ao jardim existente. Assim se assegura a continuidade visual, funcional e biofísica do espaço, integrando-se com a restante área de jardim.

Os percursos principais são baseados em geometrias fortes, os elementos vegetais em termos de cor, textura e disposições são comuns, a pedra e a madeira a utilizar, são igualmente unificadores e garantem a sua qualidade ambiental dentro da diversidade de usos e equipamentos que comporta.

A preocupação vigente de manutenção dos espaços verdes e requalificação urbana terá que continuar.

Terminada a concessão dos parquímetros com a Resopre, iremos proceder à abertura de nova concessão, aproveitando para fazer uma reestruturação dos espaços de estacionamento pagos que podem ser extensíveis a outras zonas da vila da Batalha, cujo estudo está a ser elaborado para o efeito.

Está prevista igualmente uma pequena requalificação do Largo Paulo VI para melhor ordenamento dos estacionamentos e segurança viária, bem como a adaptação a parque de estacionamento de terreno municipal junto à Junta de Freguesia da Batalha.

Logo que a revisão do PDM se concretize, será de referir a elaboração de plano de pormenor para novas áreas industriais na Batalha, Reguengo do Fetal e Golpilheira, bem como a conclusão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de S. Mamede e início da sua construção.

Continuaremos as diligências para afetação das instalações do IVV ao domínio municipal, para o espaço ser requalificado e devolvido ao rio, na sequência da intervenção feita no Largo 14 de Agosto de 1385, de modo a obtermos uma nova centralidade na sede do concelho.

Reforçaremos os esforços para a conclusão da revisão do PDM, já que se trata de um instrumento de planeamento essencial para o desenvolvimento local sustentado, potenciador do equilíbrio das políticas do ordenamento do território, em toda a sua dimensão social, ambiental e económica.

Com vista a potenciarmos ainda mais a visibilidade da Pia do Urso, reforçaremos as nossas políticas de promoção dos circuitos e do Centro de BTT, projeto que já tem visibilidade internacional.

▪ SANEAMENTO

De acordo com a programação que tínhamos efetuado, atingimos em 2013 cerca de 92% de cobertura em sede de drenagem e tratamento de efluentes. A meta a que Portugal se comprometeu, com a União Europeia, aponta para 90% de cobertura, em 2013.

No presente ano económico foi aprovado o ressarcimento do financiamento da rede de águas residuais dos Pinheiros e lugares adjacentes, permitindo um encaixe financeiro significativo para o nosso orçamento.

Daremos prioridade a obras de reposição da rede de esgotos porque não existe margem para a concretização de novas obras estruturantes.

Continuaremos a articulação existente com a Recilis, tendo em vista a resolução definitiva dos efluentes suíncolas, esperando que nos próximos 2 anos se assista ao arranque a construção da ETES.

Neste particular, enfatizamos que o tratamento dos efluentes é uma atividade muito cara para o Município, com um peso significativo e cada vez maior, na nossa estrutura de custos correntes.

O novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem como a evolução das tarifas dos sistemas multimunicipais, determinam uma atuação enérgica por parte do Município para mitigar os custos inerentes.

Com esse propósito, vamos implementar várias ações de natureza técnica e implementar um programa municipal de avaliação das caixas de visita. De igual forma, em colaboração com a Simlis, vamos concretizar ações de monitorização da rede para otimizar os caudais. Também estamos a avaliar a estruturação do tarifário e a sua compatibilização com as recomendações do Regulador – ERSAR.

▪ **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

Em acordo com a concessionária Águas do Lena, S.A. no âmbito do contrato de concessão, focalizar-nos-emos em iniciativas de reposição de sistemas de abastecimento. Para o futuro, estamos a trabalhar nos projetos técnicos de:

- ✓ - Requalificação da rede do Reguengo do Fetal;
- ✓ - Requalificação da conduta adutora principal, entre a ETA dos Pinheiros e Fonte de Vales;
- ✓ - Requalificação da conduta adutora principal entre Fonte Vales e Perulhal.

Iremos continuar a requalificação da rede de abastecimento do concelho da Batalha, através das intervenções urbanísticas, anteriormente indicadas, em cujos projetos estão inseridas estas intervenções, bem como a substituição das redes de saneamento e de águas pluviais.

Neste domínio, vamos concluir o processo de atualização do contrato de concessão e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água no concelho da Batalha, bem como contamos ainda no presente ano concluir as negociações com a EPAL no sentido de rever os caudais mínimos previstos no contrato de fornecimento, aproximando esses valores às necessidades reais de consumo da população

A evolução tarifária que resulte da introdução do tarifário social e da adaptação ao objetivo de discriminação positiva das famílias numerosas, bem como de outras recomendações do regulador, será objeto de uma ampla discussão pública e de negociações necessariamente orientadas para a situação económico-financeira das famílias e empresas do concelho da Batalha.

▪ **RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**

Manteremos a nossa política de supervisão do projeto VALORLIS, na salvaguarda da prestação de bons níveis de desempenho e de qualidade dos serviços prestados e de um controlo regulador do tarifário praticado, nomeadamente no quadro da anunciada privatização da empresa EGF, SA, entidade maioritária neste sistema multimunicipal de recolha e tratamento de RSU.

Pugnaremos ainda pelo aumento da capacidade instalada no concelho para a recolha seletiva, para assim se melhorarem os rácios da recolha seletiva com óbvias vantagens ambientais e redução de custos com reflexos para os municípios.

▪ PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Poderão resultar novos projetos e iniciativas de proteção do meio ambiente que serão objeto de futuras candidaturas a enquadrar na Agenda 2020, próximo quadro comunitário de apoio. Só com este possível enquadramento fará sentido a existência da *Rede Natura* e vamos esperar que neste domínio possamos vir a candidatar ações de apoio à visitação de habitats e ecossistemas degradados, com estatuto de proteção, tais como caminhos, trilhos e rotas temáticas, observatórios, suportes de comunicação e divulgação e valorização do EcoParque da Pia d'Urso.

  nossa intenção avançar com a implementação no terreno do projeto intitulado, "rota das pedreiras históricas", tendo em vista, possibilitar a visitação das 3 pedreiras existentes no concelho, que serviram de exploração da pedra utilizada na construção do Mosteiro. Aumenta-se a oferta cultural do concelho e potencia-se a vertente turística.

▪ CULTURA, DESPORTO E ASSOCIATIVISMO

Reconhecendo a importância fundamental de muitas instituições de âmbito social, cultural e desportivo do Município, tanto pelas suas atividades diretas como no que respeita ao seu papel no emprego e no valor acrescentado local, fez-se um grande esforço para reduzir ao mínimo o nível de apoios, honrando sempre os compromissos da Câmara.

No domínio da cultura, julgamos importante continuar a matriz de eventos do ano anterior, destacando-se a FIABA e as Festas de Agosto, iniciativas de amplitude reconhecidamente nacional. Ao nível de eventos, apostaremos na animação dos espaços emblemáticos da Vila da Batalha, a que se juntam novos espaços requalificados da Rua Nossa Senhora do Caminho e o Largo Infante D. Henrique, que se afiguram como sítios, capazes de ampliar, sob ponto de vista turístico, a visibilidade que nos dá o Patrim nio Mundial.

Em parceria com o Entidade Regional de Turismo do Centro, vamos procurar realizar novos eventos que potenciem a procura turística na Batalha, bem como iremos descentralizar as iniciativas culturais pelas freguesias do Concelho, promovendo também neste domínio a coesão social e territorial.

Estimularemos as escolas para novas iniciativas com enfoque nas camadas jovens da população em idade escolar. Julgamos que a este nível, são mais do que pertinentes os apoios a dar às instituições de ensino do Concelho da Batalha, espelhando a programação dos diversos sectores da Divisão da Educação e da Cultura essa linha de orientação.

Incrementaremos as iniciativas desportivas e de recreio que têm sido impulsionadoras da atração de novos públicos com divulgação do Concelho e fomento de práticas saudáveis de vida.

Iremos dar continuidade a uma forte aposta na dinamização das atividades da Biblioteca Municipal José Travassos Santos, bem como vamos potenciar a visibilidade do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha.

Encontra-se consolidado o regulamento de apoio às coletividades e a sua plena implementação possibilitará total transparência e eficiência na aplicação de fundos às atividades culturais, desportivas e recreativas, promovidas pelas coletividades locais de cultura, desporto e recreio.

▪ JUVENTUDE E EMPREGO

No ano de 2014, iremos continuar a apostar no desenvolvimento de atividades para a Juventude e na definição de uma linha de ação estratégica, que procure, através de diversas iniciativas, responder às expectativas e necessidades destes em termos de formação, informação e inserção na vida ativa, assim como favorecer a acessibilidade à cultura, desporto e integração social.

As dotações das bolsas de estudo foram reforçadas porque queremos contribuir para a qualificação de mais jovens com algumas dificuldades económicas, garantindo-lhes a acessibilidade ao ensino superior e contribuir para a sua inserção na comunidade através da sua participação em programas cívicos e de voluntariado.

Será feita uma aposta que contribua para a criação de emprego e para a atração e fixação de talentos. Em cooperação com os representantes dos empresários e com os estabelecimentos de ensino superior promoveremos respostas qualificadas às necessidades das empresas estimulando o seu sucesso.

▪ INDÚSTRIA E ENERGIA

Da gestão municipal os agentes económicos poderão esperar um quadro legal e uma interlocução amigáveis à instalação, expansão e ao funcionamento das empresas, bem como um empenho determinado na criação de um ambiente que favoreça a instalação de empresas e quadros.

A Câmara Municipal da Batalha terá uma política para o desenvolvimento económica e empresarial, centrada na geração de condições que favoreçam a criação e a atração de novas empresas, mas também a internacionalização e a inovação das existentes.

Prosseguiremos também a política de racionalização e redução de Consumos Energéticos nos edifícios e espaços públicos, orientando esse objetivo por preocupações qualitativas e ambientais.

A Valorlis e a Simlis, empresas em cujo capital participamos, têm em curso projetos na área da produção do biogás, que podem vir a refletir-se na redução das N/ tarifas, assim como em ganhos ambientais significativos.

Não vamos desistir do objetivo de ampliar a oferta de zonas de localização empresarial, fator decisivo para incrementarmos o nível de riqueza da nossa região e sobretudo de estímulo à criação de emprego.

▪ TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

A nossa rede viária necessita de constantes intervenções qualitativas, especialmente repavimentações, construção de lombas reductoras de velocidade, passeios, sinalização horizontal e vertical.

As preocupações inerentes à requalificação de estradas já existentes e implementação de medidas que conduzam à redução de acidentes e à melhoria das condições de transitabilidade e circulação pedonal estão sempre presentes nas opções estratégicas do Executivo.

Para 2014 e tendo presente a opção estratégica que fazemos em conferir maior prioridade às pessoas, os nossos esforços concentrar-se-ão na conservação e segurança das nossas vias municipais.

Todavia, iremos intervir na estrada entre Vale de Ourém e S. Mamede, com uma intervenção alargada à rede de águas e passeios, cujos trabalhos serão imediatamente iniciados após conclusão de novo procedimento de concurso público.

▪ FREGUESIAS

Vamos atualizar os protocolos de transferência de competências para as Freguesias, de forma a aproximar ainda mais os órgãos de decisão e os meios das populações. A boa articulação que tem sido possível, entre a Câmara e as Freguesias irá continuar, com impactos positivos reais, junto dos utentes/municípios.

O novo regime de competências das Autarquias reforça o nível de relacionamento entre Municípios e Freguesias, potenciando as transferências de competências dos municípios para Freguesias, como também dos Municípios para as CIM's e do Governo para as CIMs e Municípios.

Este novo paradigma do Poder Local reforçará os Municípios e as Freguesias, no quadro do respetivo estatuto, mudando regras e, sobretudo, adaptando-as a um novo tempo, diferente nas circunstâncias políticas e sociais e mais exigente na eficácia e na eficiência da aplicação dos recursos públicos.

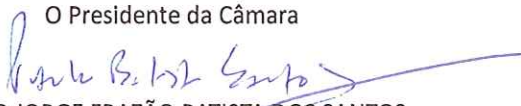
CONCLUSÃO

O novo ciclo de desenvolvimento que preconizamos para o Concelho da Batalha implica definir prioridades, em função das crescentes limitações financeiras, mas perspetivando uma estratégia para o futuro que assente em parcerias locais e supramunicipais, otimizando os recursos e olhando mais para as pessoas e menos para os grandes investimentos infraestruturais. Nessa linha, as opções constantes deste relatório concretizam uma visão assente em três áreas principais:

1. **O desenvolvimento económico e social está na primeira linha das nossas preocupações**, sendo uma área onde iremos pugnar por uma atuação consistente e continuada de apoio às pessoas e aos empreendedores que, mobilizando os recursos da nossa região, criem e distribuam riqueza, promovendo o nosso desenvolvimento, a melhoria das condições de vida das populações, gerando emprego e provendo a solidariedade social, particularmente junto dos jovens e das camadas mais idosas da população.
2. **A coesão do território do Concelho é também uma importante prioridade para o Município**, pelo que iremos valorizar a coesão territorial e o papel central das juntas de freguesia no desenvolvimento do Concelho.
3. **A educação e qualificação dos jovens é o alicerce da visão da Câmara para o futuro do Concelho**, naturalmente cabendo à Escola liderar a missão de tornar a Batalha uma Comunidade qualificada de aprendizagem e formação para os jovens, apoiando não só o seu processo educativo, como a sua complementaridade com qualificações artísticas ou desportivas e o necessário suporte às famílias.

Em suma, mesmo num contexto de exigência que o País se encontra, cumpre à Câmara Municipal da Batalha a missão de assegurar a prestação de serviços com qualidade e acessíveis, orientando a ação municipal no sentido de garantir o reforço da competitividade do Município e a sua afirmação externa, promovendo a coesão social e territorial, em diálogo com as demais autarquias, instituições e agentes de intervenção local.

Batalha, 14 de novembro de 2014

O Presidente da Câmara

PAULO JORGE FRAZÃO BATISTA DOS SANTOS